



## Resumo de Notícias

23/05/2016 - Convergência Digital

# Alessandro Molon e Orlando Silva são relatores do PL de Dados Pessoais

A Câmara dos Deputados distribuiu a apenas duas comissões (por enquanto) o projeto sobre proteção de dados pessoais, enviado ao Parlamento como um dos últimos atos da presidenta Dilma Rousseff antes do afastamento. E em ambas já estão designados os relatores.

O deputado Alessandro Molon (Rede-RJ), que foi o relator do Marco Civil da Internet (Lei 12.965/14), será responsável pelo novo PL 5276/16 na Comissão de Constituição e Justiça. Orlando Silva (PCdoB-SP), ficou com a tarefa na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Embora até aqui o projeto tenha sido distribuído a apenas duas comissões, é previsível que haverá interesse de outras sobre o tema – especialmente a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que discute neste momento o PL 4060/12, que também trata de dados pessoais.

Os dois projetos, no entanto, trazem abordagens bem distintas. O projeto do Executivo, fruto de um longo de-

bate público, reforça a preservação da privacidade, com exigências de autorização expressa a coleta e tratamento dos dados. Já o PL 4060/12, do deputado Milton Monti (PR-SP), garante maior liberdade para as empresas no uso, tratamento e transferência de dados.

Além desses, corre paralelamente um terceiro projeto no Senado – fruto da união de outros três PLs: 330/13, que os encabeça, além de 131/14 e 181/14. Tendo como relator o senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) em duas comissões em que já foi aprovado (CCT e CMA), a proposta aguarda novo relator na CAE.

Os substitutivos aprovados tornam o PL 330/13 mais próximo da proposta do (ex) governo, com a diferença de não prever a autoridade nacional de dados com poder de fiscalizar os descumprimentos à Lei. Mas isso se deve ao fato de que tal proposta só pode ser originada no Executivo, ainda que Nunes tenha revelado concordar com a ideia (só não poderia incluí-la em propostas originadas no Parlamento).

25/05/2016 - Telesintese

# André Borges é cotado para a secretaria de telecomunicações

**O ministro de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, deve nomear os cinco secretários de seu ministério na quarta-feira (25). As duas secretarias do extinto Minicom, Telecomunicações e Comunicação Eletrônica, serão mantidas.**

A expectativa de pessoas próximas ao ministro Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, é que na quarta-feira (25) ele já tenha definido os nomes que vão comandar as cinco secretarias do novo ministério. Para a Secretaria de Telecomunicações um dos nomes cotados é o de André Borges, advogado, que participou das diretorias da Net e da Oi como responsável pela área regulatória. O atual secretário de Telecomunicações, Maximiliano Martinhão, deve ser transferido de função.

O ministro Kassab vai manter no cargo o atual secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvol-

vimento do MCTIC, Jailson Bittencourt de Andrade. À frente de secretaria desde 2015, Andrade é professor do Departamento de Química Geral e Inorgânica do Instituto de Química da Universidade Federal da Bahia.

O antigo MCTI conta com mais três secretarias: de C&T para a Inclusão Social, de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, de Política de Informática. Como a MP que definiu a nova estrutura do governo define, no caso do novo MCTIC, que ele poderá ter até cinco secretarias, uma será extinta e absorvida por outra, já que as duas que eram do Minicom serão mantidas, segundo asseguraram fontes ligadas a Kassab.



## Resumo de Notícias

25/05/2016 - Carta Capital

# Meias verdades sobre a crise e o Brasil

No pós-impeachment do sufrágio universal, a sociedade não cabe no orçamento, dizem os socialites

Em seus Diários da Presidência, FHC registra o que chama de “reflexão ultrassecreta”, dez dias antes de se reeleger, em 1998, no primeiro turno, com 53% dos votos: “Há um ponto que os críticos não pegaram, só um ou outro economista percebeu. Tudo isso que digo, déficit fiscal e tudo mais, é um pouco meia verdade. Não que não exista déficit a ser combatido, mas a questão que nunca foi posta (pelo governo) é a cambial. É a questão central”.

Em sua concepção essencial, o Plano Real seguiu o método básico utilizado para dar fim à maioria das “grandes inflações” do século XX: recuperação da confiança na moeda nacional, por meio da garantia de seu valor externo.

A “âncora” foi, como é amplamente reconhecido, a estabilização da taxa de câmbio nominal, garantida por um montante de reservas capaz de assegurar a confiança na moeda nacional, leia-se, dos agentes controladores da riqueza.

A obtenção de condições duradouras para a estabilidade pressupunha, especialmente, o retorno dos fluxos de investimento e do crédito externos, afastados pela crise da dívida, que assolou os países de moeda não conversível, vitimados pelo famoso choque de juros de outubro de 1979, do senhor Paul Volcker.

As ideias que fundamentaram o plano redentor (Real) já haviam sido experimentadas em outros tempos e lugares, mas mesmo aqueles identificados como autores intelectuais de sua versão tropical reconheciam, quase dez anos antes de sua implantação, a dependência de condições externas favoráveis:

“Em várias ocasiões na história, um requisito fundamental para o sucesso das reformas monetárias tem sido o influxo de capitais externos e a acumulação resultante de reservas que permitiram ao país provar sua capacidade de fixar a taxa de câmbio. Tal base, contudo, não é factível no caso brasileiro: o fluxo de capitais externos necessário não se dirigirá para o país mais endividado do

mundo” (Pérsio Arida & André Lara Resende, 1984).

Para o senso comum, no entanto, os louros da estabilização monetária repousam sobre a cabeça do professor Cardoso. Eventuais lacunas técnicas foram sobrepujadas pelo retorno do financiamento externo e, conseqüentemente, o crescimento das reservas cambiais.

A deflação dos mercados globalizados no início dos anos 90 permitiu a volta dos fluxos de capitais a partir de 1992. A liquidez das economias centrais transborda e atinge os países periféricos, permitindo a reversão da situação. Dinheiro caçando rendimentos.

Após ocupar o Ministério da Fazenda, FHC é alçado à Presidência, graças ao sucesso do plano de estabilização. Ao longo de seu mandato, os receios quanto aos efeitos perversos da sobrevalorização da moeda se materializaram. Apesar de os alertas se multiplicarem, os economistas do seu governo contrários à política cambial foram sistematicamente afastados, em benefício daqueles com discurso mais conveniente.

No Natal de 1994, foi publicado na Folha de S.Paulo o artigo intitulado “Os riscos da valorização cambial”:

“A problemática sobrevalorização cambial não parece ser um “erro de pilotagem”, nem um subproduto indesejado da política de estabilização. Trata-se, aparentemente, de uma peça central do programa do governo... essas circunstâncias colocam o programa de estabilização brasileiro em dependência muito estreita da disponibilidade abundante de financiamento externo. Ora, os fluxos financeiros que abastecem nosso balanço de capitais são extremamente voláteis... uma valorização duradoura acaba levando à perda de posições conquistadas nos mercados do exterior e à desarticulação dos setores que competem com importações, suscitando enormes dificuldades para o posterior ajustamento da economia”. (Luiz Gonzaga Belluzzo & Paulo Nogueira Batista)

Leia mais em:

<http://www.cartacapital.com.br/revista/902/meias-verdades>



## Resumo de Notícias

25/05/2016 - Sinttel-ES

# Telemont/Oi é novamente condenada a cumprir a CCT

Esperada desde o dia 22 de março, quando houve uma audiência sem conciliação entre o Sinttel e a Telemont/Oi, na ação que pede o cumprimento da Convenção Coletiva das Prestadoras de Serviços em Telecomunicações (CCT), saiu nesta segunda, dia 23, a decisão do juiz Ney Alves de Pimenta Filho, da 8ª Vara do Trabalho de Vitória. E ele decidiu em favor dos trabalhadores, contra todos os argumentos e estratégias de defesa da empresa.

Em sua decisão, o juiz determina que Telemont/Oi cumpra a Convenção Coletiva das Prestadoras de Serviços em Telecomunicações (CCT) já a partir do pagamento do salário de junho, ou seja, até 5 de julho de 2016. Quanto aos atrasados, reajustes nos pisos salariais de abril de 2015 até agora, deverão ser reivindicados através de ações judiciais. O juiz deixou bem claro que esse passivo (dívida) terá que ser pago pela Telemont ou pela Oi, sem chorumelas!

A decisão é mais uma etapa vencida nesse processo judicial que se arrasta desde o ano passado, quando a Telemont teve sua proposta de acordo coletivo recusada pela categoria, principalmente devido aos pisos salariais oferecidos. Desde então, os trabalhadores receberam o reajuste que ela havia proposto, porém os pisos salariais praticados

pela Telemont estão muito abaixo dos estabelecidos na Convenção Coletiva assinada entre o Sinstal (Sindicato das empresas) e o Sinttel (Sindicato dos/as Trabalhadores/as).

**Leia a Convenção aqui:**

**<http://sinttel-es.org.br/novo/wp-content/uploads/2016/03/SINSTAL-CCT-2015-2016.pdf>**

Este, certamente, é mais um capítulo dessa longa batalha judicial. Notem que a Telemont/Oi recorreu de todas as decisões contrárias a ela na ação movida pelo Sinttel. A empresa contestou a validade da Convenção Coletiva, o seu registro no Ministério do Trabalho, e até a convocação de assembleia pelo Sinstal e Sinttel. Tentou de todas as formas se safar da questão, mas até agora vem perdendo, o que não significa que ela vá cumprir essa decisão, pois cabe recurso junto ao Tribunal Regional do Trabalho e também ao Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília.

Mas também não dá para não comemorar, afinal é uma vitória que vai se somando a nossa luta para melhorar e ampliar as condições de trabalho e de salário de toda a categoria.

**Veja a decisão aqui:**

**<https://drive.google.com/open?id=0B0rvsCQbXXy7RDJZaDB6eXJOSEU>**



## Resumo de Notícias

25/05/2016 - Carta Capital

# Brasil, democracia fraturada

Na série "Diálogos Capitais nas Livrarias", Claudio Couto e Vítor Marchetti discutiram os impactos do impeachment nas instituições brasileiras



A democracia brasileira está fraturada após o processo de impeachment de Dilma Rousseff e o sistema político-partidário terá dificuldades de se recompor para garantir que as instituições continuem funcionando. Essa é a conclusão do debate "A democracia do Brasil está consolidada?", parte da série Diálogos Capitais nas Livrarias, realizado por CartaCapital na noite de segunda-feira 23 na Fnac Paulista, com as participações dos cientistas políticos Claudio Couto, da Fundação Getúlio Vargas, e Vítor Marchetti, da UFABC.

Para os dois analistas, se uma discussão a respeito da solidez democrática brasileira fosse realizada há poucos anos, raros seriam os diagnósticos de que o País ainda tinha problemas neste aspecto. O processo de impeachment, entretanto, mudou a situação.

Para Couto, a polarização política atual tem origem nas manifestações de junho de 2013, que foram uma "caixa de Pandora", e se galvanizou nas eleições de 2014, quando o PT e o PSDB disputaram o Palácio do Planalto pela quarta vez seguida no segundo turno. A radicalização fomentada naquele período, diz Couto, fez setores da sociedade se verem como "ilegítimos e passíveis de serem eliminados" pelo outro.

Para o professor da FGV, ainda que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e outras figuras importantes do PT sejam conhecidos pelo discurso na linha do "nós contra eles", foram os setores reacionários, nas redes

sociais e na imprensa, que acrescentaram um "elemento de ódio" no debate político no País, derivado das inúmeras mudanças sociais ocorridas nos governos petistas.

Na análise de Marchetti, a radicalização da sociedade não é essencialmente negativa, pois ajuda a marcar posições. O problema, diz o professor da UFABC, é quando a classe política deixa de manobrar esses sentimentos extremados para aderir a eles, como tem ocorrido.

Marchetti lembra que todas as democracias consolidadas possuem sistemas partidários firmes e bem arraigados. Diante da crise atual, e da contaminação da política pelo ódio, o sistema partidário brasileiro "derreteu" e "perdeu a capacidade de mediar" as demandas da sociedade.

O impeachment, na análise dos debatedores, é o grande símbolo desta crise. Para Marchetti, todo o processo que culminou no afastamento de Dilma Rousseff tratou-se de um golpe.

Couto vê crime contra a lei orçamentária nas ações da presidenta afastada, mas diz que essa discussão perde o sentido pois o impeachment estava definido antes mesmo de surgir uma razão jurídica para justificá-lo. O professor da FGV lembra que o PSDB não aceitou o resultado das urnas e buscou diversas maneiras de anular a vitória eleitoral do PT.

Na sequência, o partido resistiu ao ímpeto pelo impeachment, mas acabou sendo arrastado pelos setores mais reacionários e aderiu ao movimento. "Ali o PSDB vira a UDN", disse Couto, em referência à União Democrática Nacional, partido conservador que se opôs a Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart e se notabilizou por não aceitar as regras das disputas eleitorais.

Para Marchetti, é neste ponto que reside o maior perigo do momento pelo qual passa o Brasil. "Em uma democracia estável, o perdedor sabe que a derrota eleitoral é o custo que tem de assumir para eventualmente voltar ao poder", diz. "Se essa possibilidade [de vencer as eleições e governar] se perde, qual a motivação para continuar atuando dentro das regras?"



## Resumo de Notícias

25 MAIO 2016 - Por Rede Brasil Atual

# 'Objetivo dos golpistas é tomar de assalto o pré-sal', afirmam CUT e petroleiros

**Em nota, trabalhadores dizem que não permitirão que "reserva mais cobiçada do planeta" seja entregue aos interesses estrangeiros**

São Paulo – A CUT e a Federação Única dos Trabalhadores (FUP), em nota conjunta, criticam as medidas econômicas anunciadas ontem (25) pelo governo interino de Michel Temer, em especial a proposta de retirar as garantias da Petrobras como operadora única do pré-sal e a obrigatoriedade de participação mínima de 30% nos campos explorados, abrindo espaço para a atuação de empresas estrangeiras.

Os trabalhadores acusam o governo Temer, que classificam como "ilegítimo", de entregar o pré-sal aos interesses estrangeiros em troca do reconhecimento internacional do novo governo, alçado ao poder através de um golpe. "O principal objetivo dos golpistas é tomar de assalto a mais cobiçada reserva de petróleo do planeta", afirmam em nota, e avisam que os trabalhadores lutarão contra a medida. "Essa conta não será paga pelo povo brasileiro".

**Confira a íntegra da nota:**

**"Não permitiremos que o Pré-Sal seja moeda de troca dos golpista**

A FUP e a CUT repudiam as medidas anunciadas pelo governo ilegítimo de Michel Temer, entre elas a intenção de abrir a exploração do Pré-Sal para as multinacionais. Como vínhamos alertando, o principal objetivo dos golpistas é tomar de assalto a mais cobiçada reserva de petróleo do planeta. Um tesouro que os especialistas estimam conter no mínimo 273 bilhões de barris de óleo.

Portanto, quando Temer anunciou nesta terça-feira (24) que irá priorizar a aprovação do Projeto de Lei 4567/16, que tira da Petrobras a garantia de ser a operadora única do Pré-Sal e de ter participação mínima de 30% nos campos licitados, começou a pagar a conta dos financiadores do golpe.

Abrir a operação do Pré-Sal para as multinacionais é o primeiro passo para acabar com o regime de par-

tilha, conquistado a duras penas pelo povo brasileiro para que o Estado possa utilizar os recursos do petróleo em benefício da população.

Além de ser a única petrolífera que movimenta a cadeia nacional do setor, gerando empregos e investimentos no país, a Petrobrás é também a única empresa que detém domínio tecnológico para operar o Pré-Sal com custos abaixo da média mundial. Menores custos significam mais recursos para a educação e a saúde, setores que o governo ilegítimo de Michel Temer anunciou que serão contingenciados.

O Pré-Sal, além de fazer do nosso país um dos principais produtores mundiais de petróleo, é a maior riqueza que a nossa nação dispõe para garantir desenvolvimento econômico e social ao povo brasileiro. Para isso, é fundamental que tenhamos uma empresa nacional de porte na operação destas reservas.

Abrir mão da Petrobras como operadora do Pré-Sal é ir na contramão do mundo.

As empresas nacionais e estatais de petróleo detêm 90% das reservas provadas de óleo e gás do planeta e são responsáveis por 75% da produção mundial.

Se a Petrobrás deixar de operar o Pré-Sal, nenhuma outra petrolífera investirá em nosso país, movimentando a indústria nacional, como faz a estatal brasileira.

Mais de 90% das contratações do setor são feitas pela Petrobrás. Nenhum navio, sonda ou plataforma foram produzidos no Brasil a pedido das multinacionais que operam no país.

Os trabalhadores e a sociedade organizada não permitirão que o Pré-Sal seja entregue à Chevron e às outras multinacionais, como prometeu José Serra, autor do projeto de lei que Michel Temer que aprovar.

Essa conta não será paga pelo povo brasileiro.  
José Maria Rangel - Coordenador Geral da FUP  
Vagner Freitas - Presidente Nacional da CUT"